

As novas leituras do mercado de trabalho e a regionalização do desemprego.

Jefferson Mariano,

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – São Paulo – Brasil
jefferson.mariano@ibge.gov.br

Resumo: O texto tem por objetivo apresentar novas possibilidades de leitura do mercado de trabalho brasileiro a partir das recentes mudanças metodológicas implementadas nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Descreve as principais alterações metodológicas, acerca da leitura dos indicadores de desemprego, promovidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e observa que esse novo indicador possibilita explorar de modo mais preciso as assimetrias existentes no mercado de trabalho entre as diversas regiões do país.

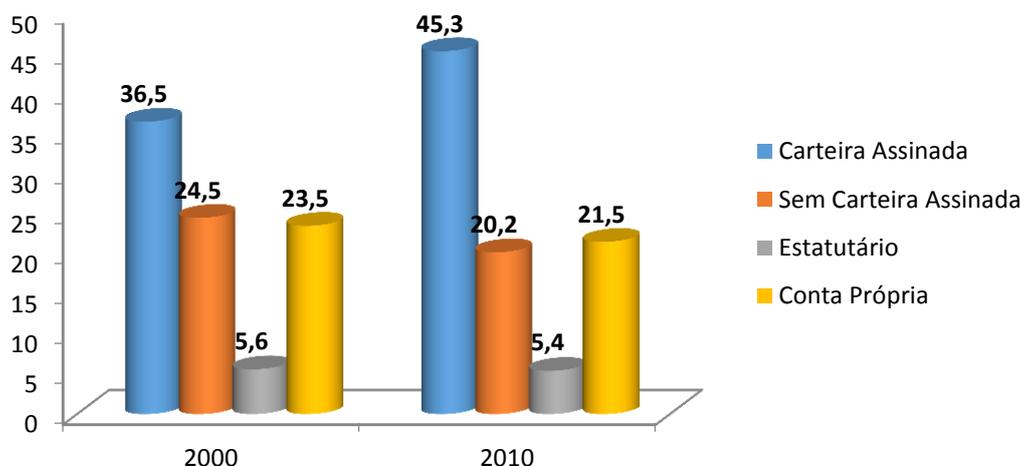
Palavras Chave: Pesquisa. Metodologia. Mercado de Trabalho. Desocupação.

As fontes de informação relativas ao mercado de trabalho

Análises relativas ao mercado de trabalho brasileiro podem ser realizadas tendo como referência um amplo conjunto de fontes. Por exemplo, o Ministério do Emprego e Trabalho disponibiliza informações relativas a contratações, demissões e evolução do estoque do emprego. Porém, apesar de sua extensão, esse cadastro apresenta limitações na medida em que considera apenas o comportamento do emprego formal. Esse fato faz com que se estabeleçam algumas dificuldades em relação a real situação do mercado de trabalho.

No Brasil, apesar do crescimento e diversificação das atividades produtivas nas últimas décadas, ainda é elevada a informalidade e essa assertiva pode ser validada a partir da observação do quantitativo de trabalhadores na condição de conta própria (pessoas que trabalham explorando seu próprio negócio, sozinha ou com sócio).

Gráfico 1- Distribuição da População Ocupada de 10 anos ou mais de idade segundo Posição na Ocupação. Brasil – 2000/2010. Em Percentual.



Fonte: IBGE – Censos Demográficos 2000 e 2010.

Na comparação entre os censos 2000 e 2010 é possível perceber um avanço do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro com o crescimento no percentual de trabalhadores com carteira assinada. No entanto, ainda era grande o contingente de trabalhadores sem proteção (sem carteira ou conta própria).

Mesmo com essa evolução, a persistência do número elevado de trabalhadores sem carteira explica a limitação de se analisar o comportamento do mercado de trabalho levando-se em conta apenas as informações cadastrais.

A Pesquisa Mensal de Emprego

A Pesquisa Mensal de emprego é um indicador conjuntural, ou seja, possibilita realizar o acompanhamento mensal do comportamento do mercado de trabalho no Brasil. Trata-se de um levantamento mensal realizado pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador).

Essa pesquisa capta as alterações de curto prazo no mercado de trabalho nas regiões investigadas. Ou seja, possibilita realizar diagnósticos acerca do comportamento do emprego urbano no Brasil. Contudo, dentre as críticas existentes em relação a essa pesquisa destaca-se a limitação concernente à abrangência territorial. Apesar de o indicador resultar da soma das referidas regiões, pelo menos até o final de

2015 permanece com o *status* de taxa oficial do País. De fato, trata-se de limitação expressiva. No entanto, deve-se relativizar essa crítica na medida em que a soma da população dessas áreas corresponde a cerca de 50 milhões de pessoas. Além disso, pressões relativas ao trabalho urbano concentram-se nas regiões metropolitanas.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é um dos mais importantes trabalhos realizados pelo IBGE. Teve seu início em 1967 e a cada nova edição foi ocorrendo paulatinamente a incorporação de novas unidades federativas, até que a partir de 2004 todos os estados passam a integrar a pesquisa.

A partir dessa pesquisa, em decorrência da abrangência territorial, é possível realizar o estabelecimento de comparações entre as taxas de desocupação levando-se em consideração o conjunto do País, pois as informações relativas à situação do emprego e rendimentos estão disponíveis para todas as unidades federativas e para nove regiões metropolitanas (as mesmas da PME acrescida de Belém, Curitiba e Fortaleza).

Além disso, um amplo conjunto de informações relativas às condições do mercado de trabalho como posição na ocupação, rendimento e trabalho infantil pode ser obtido bem como o estabelecimento de recortes regionais, segundo raça, cor e gênero. Porém, a disponibilidade das informações com periodicidade anual limita sobremaneira a realização de análises conjunturais. Em razão das demandas por elaboração de indicadores conjunturais com maior abrangência é que ocorreu um movimento no sentido de mudanças que culminaram na implementação do Sistema de Pesquisas Domiciliares e uma nova pesquisa que substituirá a PME e a Pnad.

A Pnad Contínua.

No processo de reformulação do Sistema de Pesquisas Domiciliares ocorreu a preocupação de disponibilizar um indicador conjuntural sobre o mercado de trabalho que possibilite realizar a leitura de todas as Unidades da Federação, de modo a suprimir essa lacuna existente. Como a Pnad Continua o IBGE promove uma mudança profunda em relação à pesquisa anterior. A Pnad contínua é resultado de uma ampla discussão relativa à implementação desse Sistema Integrado de Pesquisas domiciliares. A Pnad Contínua tem por objetivo elaborar indicadores trimestrais que

possibilitem acompanhar o comportamento do mercado de trabalho de médio e longo prazo e consiste em uma pesquisa trimestral básica sobre mercado de trabalho e módulos suplementares permanentes. Nos módulos suplementares constam os temas que recebem o acompanhamento anual. Ou seja, a continuidade dos demais temas abordados pela Pnad está localizada nesse módulo e os temas específicos relativos ao mercado de trabalho ficam na pesquisa básica trimestral.

A amostra da pesquisa.

A seleção de domicílios para a pesquisa é realizada a partir de lista disponível no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEF). Depois de realizada a seleção, o domicílio tende a permanecer durante cinco trimestres na amostra. Com isso é possível medir a variação dos indicadores relativos ao mercado de trabalho entre os trimestres e possibilitar a redução da influência na troca de unidades da amostra. Em síntese, com esse mecanismo há uma repetição de 80% dos domicílios entrevistados entre cada trimestre. Como também é importante observar o comportamento do trimestre em relação ao mesmo do ano anterior, a permanência do domicílio durante cinco trimestres também possibilita um grau de repetição desses domicílios ao longo desse período. Assim, a cada trimestre 20% dos domicílios tendem a sair da amostra em razão da realização da quinta entrevista.

Outro aspecto importante em relação a essa nova pesquisa diz respeito à ampliação de sua cobertura territorial. Enquanto a Pnad selecionava 7.816 setores censitários em 851 municípios na Pnad contínua houve uma ampliação para 12.800 setores e o alcance em 3.328 municípios.

Dessa maneira, a Pnad Contínua passa a contemplar as informações que eram produzidas pela PME e pela Pnad, ou seja, disponibilizar para a sociedade informações que possibilitem monitorar a evolução dos indicadores sociais e permitir a leitura de caráter conjuntural acerca do mercado de trabalho.

Como já enfatizado, no caso dos itens trabalho e rendimento, a pesquisa disponibiliza dados trimestrais e as demais informações estruturais estarão disponíveis anualmente. No entanto, em razão da demanda existente por parte de pesquisadores e usuários especializados, os dados disponibilizados devem possibilitar a construção de indicadores mensais.

Outro aspecto destacado com a implementação dessa pesquisa diz respeito a ampla utilização dessa forma de disponibilização de informações sobre o mercado de trabalho. Somente países com sistemas estatísticos nacionais muito sofisticados

(Canadá, Austrália e Estados Unidos) realizam inquéritos mensais relativos força de trabalho. A regra geral entre a maioria dos países é a divulgação de resultados por meio de estatísticas trimestrais.

O painel com a amostra da pesquisa

Em relação a rotação do painel da pesquisa, como já destacado, tende a ocorrer a permanência de 80% da amostra. Já no caso da análise anual, ou seja, da comparação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior a sobreposição da amostra é de 20%. É importante ressaltar que nessa pesquisa a amostra foi desenhada especialmente visando a realização de comparações trimestrais. No quadro a seguir a um exemplo do modo como ocorre a rotação. O domicílio que tem sua entrevista em janeiro fica dois meses sem integrar a amostra e retorna em abril. Aquele que foi entrevistado em fevereiro retorna em maio e o que teve entrevista em março retorna em junho.

Quadro 1 - Rotação das entrevistas na Pnad Contínua

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
1			2			3			4			5		
	1			2			3			4			5	
		1			2			3			4			5

Assim, as entrevistas são realizadas de modo em que cada domicílio que integre a amostra seja entrevistado durante cinco vezes ao longo do ciclo estabelecido pela pesquisa.

Há controvérsias e algumas críticas em relação ao fato de ter sido escolhida essa alternativa para o levantamento e divulgação de informações conjunturais acerca do comportamento do mercado de trabalho.

Dentre os argumentos apresentados pelo IBGE para a realização da pesquisa dentro desse novo padrão cabe destacar aspectos associados a restrições orçamentárias. Ressalte-se que os custos são sempre os fatores que estabelecem limites para a realização de pesquisas. Também é importante destacar que na análise da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego não se observam variações estatísticas no intervalo de um mês.

Tabela 1 - Taxas Mensais de Desocupação 2013/2014. Total das Regiões Metropolitana. Em Percentual

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2013	5,4	5,6	5,7	5,8	5,8	6,0	5,6	5,3	5,4	5,2	4,6	4,3
2014	4,8	5,1	5,0	4,9	4,9	4,8	4,9	5,0	4,9	4,7	4,8	4,3

IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego

Porém, a decisão de simplesmente suprimir os indicadores mensais provocou manifestações de estudiosos no sentido e que ocorresse a permanência desse tipo de informação, mesmo que apenas para o conjunto do País. Desse modo, a possibilidade de obtenção dos dados mensais se colocou com a elaboração dos trimestres móveis. Assim, na divulgação da taxa mensal de desocupação há a utilização dos três meses da pesquisa.

Mês	Trimestre Móvel		
Janeiro/15	Novembro	Dezembro	Janeiro
Fevereiro/15	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
Março/15	Janeiro	Fevereiro	Março

No entanto, nesse caso ocorre a repetição dos indicadores do último mês da pesquisa. De acordo com o painel é fácil compreender o mecanismo: No mês de janeiro a taxa mensal é composta por entrevistas do mês corrente, porém com repetição de informação dos dois meses anteriores. No mês seguinte (fevereiro) ocorre a inclusão do mês corrente e exclusão do mês de novembro. Assim, com essa média móvel trimestral é possível acompanhar a evolução mensal dos indicadores de ocupação.

Nesse caso, entre um trimestre e outro ocorre a repetição de 66% dos resultados. Seguindo essa dinâmica somente após um período de dois trimestres móveis é que a repetição deixa de existir. Não se trata de sobreposição de amostra, presente no trimestre convencional. Assim na leitura dos indicadores disponibilizados pela pesquisa vale a pena destacar:

- Quando ocorre a leitura dos resultados comparando-se os quatro trimestres convencionais não há repetição de dados;
- Nas comparações de um trimestre em relação ao imediatamente anterior (mês) há uma repetição de dois meses de informação;
- Quando ocorre a comparação do primeiro com o terceiro trimestre já não há repetição de dados.

A nova terminologia

A pesquisa também passou a utilizar conceitualmente nova terminologia recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A categoria População Economicamente Ativa (PEA) deixa de ser utilizada e em seu lugar adota-se o conceito População na Força de Trabalho (soma dos ocupados e desocupados).

Outra mudança importante foi a alteração em relação ao que se considera Pessoas em Idade de Trabalhar (em substituição a População em Idade Ativa - PIA). Agora pessoas com 14 anos ou mais de idade passam a integrar esse conjunto. Para a PME e na Pnad integram a População Economicamente Ativa pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Em relação a caracterização da ocupação a pesquisa estabelece que o trabalho remunerado deva ser considerado como aquele que é realizado com intervalo de pelo menos uma hora por semana. Essa remuneração pode se dar em dinheiro ou em bens e serviços. Passa, desse modo, a considerar e disponibilizar também informação referente ao Trabalho em Ajuda a Membro de Unidade Familiar. Essa categoria pode aparecer na pesquisa na modalidade conta-própria, empregador ou mesmo empregado.

Em relação a caracterização da desocupação considera como desocupadas aquelas pessoas que na semana de referência estavam sem trabalho e no período de referência de trinta dias haviam tomado alguma decisão no sentido de obtê-lo. É importante destacar que essas providências podem ser a procura por emprego, envio de currículo ou até mesmo responder a um anúncio. Nesse conjunto também integram pessoas que na semana de referência estavam sem trabalho e disponíveis para trabalhar, porém não haviam procurado emprego em razão de já terem conseguido trabalho com início na semana seguinte.

Os Resultados da Pesquisa e as desigualdades Regionais.

A partir de março de 2015 teve início a divulgação da Pnad continua em nível territorial de Unidade de Federação. Desde 2014 já havia disponibilização de resultados parciais da pesquisa no âmbito de Brasil e grandes regiões geográficas. Como já destacado, um aspecto importante a respeito dos indicadores produzidos pela pesquisa é que os resultados estão ancorados nas recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

Desse modo, conceitos e indicadores que passam agora a integrar a Pnad Contínua seguem os preceitos estabelecidos pela 19ª Conferência de Estatísticos de Trabalho, realizada em Genebra no ano de 2013. Esse aspecto é de extrema importância na medida em que reforça a necessidade dos indicadores produzidos no Brasil apresentem comparabilidade internacional.

Tabela 2 – Taxas de Desocupação Brasil e Unidades da Federação 2012/2015. Em Percentual

Unidade Territorial	Anos (primeiro trimestre)				Unidade Territorial	Anos (primeiro trimestre)			
	2012	2013	2014	2015		2012	2013	2014	2015
Brasil	7,9	8,0	7,2	7,9	Alagoas	11,3	12,1	9,7	11,1
Rondônia	8,0	6,1	4,9	4,4	Sergipe	10,3	11,4	9,4	8,6
Acre	9,0	10,8	8,0	8,7	Bahia	11,5	13,2	11,5	11,3
Amazonas	11	10,2	8,2	9,4	M. Gerais	7,8	7,4	7,1	8,2
Roraima	8,5	8,8	7,5	8,9	Espirito Santo	7,6	7,8	6,3	6,9
Pará	7,9	7,8	7,6	9,2	Rio de Janeiro	8,5	7,2	6,7	6,6
Amapá	12,5	11,4	11,3	9,6	São Paulo	7,8	7,7	7,2	8,5
Tocantins	8,4	9,3	8,5	8,7	Paraná	5,6	4,9	4,1	5,3
Maranhão	7,9	9,3	6,4	8,9	Santa Catarina	4,1	3,6	3,1	3,9
Piauí	7,6	8,3	7,9	8,0	R.G. do Sul	5,3	5,3	5,4	5,6
Ceará	7,2	8,8	7,9	8,0	M. Grosso do Sul	7,5	4,8	4,7	6,1
R.G. Norte	11,5	12,1	11,7	11,5	Mato Grosso	6,6	5,7	4,4	5,7
Paraíba	9,9	9,4	9,3	9,1	Goiás	6,3	6,8	5,7	7,0
Pernambuco	9,6	10,6	8,8	8,2	D. Federal	8,7	9,7	9,0	10,8

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Os resultados mais recentes disponibilizados pela pesquisa sinalizam um mapa da desocupação no Brasil que em certa medida já era possível observar nos indicadores estruturais. Em algumas unidades da federação é possível observar a ocorrência de taxas de desocupação em dois dígitos, notadamente nas localizadas na Região Nordeste do País.

Os Estados do sul apresentam as taxas mais baixas ao passo que a na Região Sudeste os indicadores estão próximos da média nacional. Algumas razões para a existência dessas assimetrias certamente são amplamente debatidas na literatura econômica. No entanto, o propósito do estudo é demonstrar que os dados apresentados pela pesquisa não se distanciam em termos de tendência das informações até então fornecidas pela PME e Pnad.

Evidente que a incorporação da totalidade do País e especialmente de regiões com menor dinamismo econômico faz com que as taxas de apresentem em patamares

mais elevados. O mesmo fenômeno pode ser observado em relação aos rendimentos das pessoas ocupadas. O rendimento médio real do Brasil em 2015 apontava no primeiro trimestre o valor de R\$ 1.839,84

Tabela 3 - Rendimento Médio Real Recebido por Todos os Trabalhos Unidades da Federação - 2015

U.F	Rendimento Médio Real	U.F	Rendimento Médio Real	U.F	Rendimento Médio real
MA	945,93	RO	1.540,79	GO	1.78,65
PI	1.121,69	PE	1.552,47	MT	1.820,04
CE	1.136,63	AC	1.579,04	RJ	1.966,97
AL	1.223,12	TO	1.588,83	RS	1.982,17
BA	1.239,76	AM	1.617,18	SC	2.014,70
PA	1.259,44	MG	1.661,29	PR	2.026,97
PB	1.265,27	ES	1.732,95	RR	2.145,79
RN	1.350,24	MS	1.736,15	SP	2.401,25
SE	1.411,12	AP	1.740,73	DF	3.406,05

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Os menores rendimentos estão localizados entre os trabalhadores dos Estados do Maranhão e do Piauí, como inclusive já foi apontado no Censo Demográfico 2010 e nas últimas edições da Pnad. Por outro lado, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro lideram o *ranking* de rendimentos mais elevados.

Também é possível observar algumas informações relativas a estrutura ocupacional também reforça a tendência de desigualdade já sinalizada pela Pnad.

Por exemplo, na tabela 4 no caso da Região Nordeste pelo menos quatro Unidades da Federação apresentavam uma proporção de trabalhadores na condição de conta própria superior a 30% em contrapartida apresentaram menores percentuais de trabalhadores com carteira assinada. Na posição oposta, três dos quatro estados localizados no sudeste e os três da Região Sul apresentava menores índices de trabalhadores na condição de conta-própria e taxas mais elevadas com carteira assinada.

Tabela 4 - Pessoas Ocupadas Segundo Posição na Ocupação. Unidades Federativas Seleccionadas. Primeiro Trimestre de 2015. Em percentual

Posição	MA	PI	PA	AM	SE	BA	MG	GO	MS	RS	PR	RJ	SP	SC
Com	17,9	19,1	21,5	25,3	27,4	27,8	38,9	38,9	39,2	41,2	44,3	46,4	50,6	51,0
Carteira														
Sem	12,4	16,8	14,7	11,2	12,1	15,5	11,4	11,3	12,8	8,5	9,1	6,8	8,8	5,6
Carteira														
Conta	41,5	30,8	32,8	30,5	32,0	30,0	22,4	23,9	20,3	21,7	22,1	22,3	18,0	20,4
Própria														

IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego

Por fim, ainda resta aguardar a divulgação dos resultados para os níveis territoriais regiões metropolitanas e capitais. Certamente com esses resultados será possível estabelecer algumas comparações com as séries de resultados disponibilizadas pela Pesquisa Mensal de Emprego. Além disso, essa divulgação possibilitará observar o comportamento de regiões para as quais ainda há enorme carência de informações.

Considerações Finais

A introdução da Pnad Contínua no rol de pesquisas elaboradas pelo IBGE deve representar uma contribuição importante para análises relativas ao comportamento do mercado de trabalho brasileiro, especialmente para suprir a lacuna existente em relação a ausência de indicadores conjunturais em nível de Unidade da Federação e municípios das capitais. Vale destacar que em termos regionais essa pesquisa possibilita um amplo diagnóstico do comportamento do mercado de trabalho brasileiro. As informações divulgadas até o momento por essa nova pesquisa reforçam de modo conjuntural a tendência de corrosão nos indicadores de emprego a prevalência de profundas assimetrias regionais.

The new readings Labour Market and the regionalization of unemployment

Abstract: The text aims to present new reading possibilities of the Brazilian labor market from the recent methodological changes implemented in surveys conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It describes the main methodological changes concerning the reading of unemployment indicators, promoted by the National Sample Survey of Households Continuous and notes that this new indicator allows explore more precisely existing imbalances in the labor market between the various regions of the country.

Key Words: Research. Methodology. Labor market. Unemployment.

Referências.

IBGE. Censo Demográfico 2010.

____. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios.

____. Pesquisa Mensal de Emprego.

____. Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua, 2015.

____. Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, 2007.

SOBRE O AUTOR

Jefferson Mariano - Possui graduação em sociologia e ciência política pela Fundação Escola de - Sociologia e Política de São Paulo (1993), mestrado em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e doutorado em desenvolvimento econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atualmente é Analista Socioeconômico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), professor titular da Universidade Nove de Julho e professor assistente da Faculdade Cásper Líbero, atuando principalmente nos seguintes temas: economia, desenvolvimento econômico, gestão de empresas, trabalho e economia internacional.

Recebido para avaliação em junho de 2015.

Aprovado para publicação em junho de 2015.